

**PARTE A****PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas

Despacho (extrato) n.º 1653/2019

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 5/2011, de 2 de março, autorizo a entidade abaixo indicada, a aceitar a seguinte condecoração:

Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco da República Federativa do Brasil

Embaixador Paulo João Lopes do Rêgo Vizeu Pinheiro

15 de janeiro de 2019. — O Presidente da República, *Marcelo Rebelo de Sousa*.

312017405

Despacho (extrato) n.º 1654/2019

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 5/2011, de 2 de março, autorizo a entidade abaixo indicada, a aceitar a seguinte condecoração:

Grã-Cruz da Ordem de Mérito da República da Lituânia

Dr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

15 de janeiro de 2019. — O Presidente da República, *Marcelo Rebelo de Sousa*.

312017308

**PARTE C****PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 1655/2019

Por proposta da Provedora de Justiça, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, considerando a necessidade de imprimir uma nova orientação à gestão dos serviços, nos termos do disposto na subalínea iv) da alínea e) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, aplicável por força da 2.ª parte do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, na redação atual, e atendendo a que foi cumprido o disposto no n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, determino, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, a cessação da comissão de serviço da licenciada Maria da Conceição Dias de Carvalho Poiães Oliveira, auditora do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal da Direção-Geral do Tribunal de Contas, do cargo de Secretária-Geral da Provedoria de Justiça, para o qual foi nomeada pelo Despacho n.º 18294/2009, de 31 de julho, publicado no *Diário da República* n.º 152/2009, 2.ª série, de 07 de agosto, e nele reconduzida pelos Despachos n.ºs 10343/2012, de 23 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 149, de 2 de agosto de 2012, 8183/2015, de 9 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, 145, de 28 de julho, e 6421/2018, de 22 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125/2018, de 02 de julho.

O presente despacho produz efeitos a 31 de janeiro de 2019.

6 de fevereiro de 2019. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

312052608

Despacho n.º 1656/2019

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, alterado pelos Decretos-Leis

n.ºs 15/98, de 29 de janeiro, 195/2001, de 27 de junho, e 72-A/2010, de 18 de junho, conjugado com o n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, por proposta da Provedora de Justiça e com a anuência do Presidente da Câmara de Lisboa, nomeio para o cargo de Secretário-Geral da Provedoria de Justiça, em comissão de serviço por cinco anos, o licenciado Luís Henrique Robalo Faustino, técnico superior do Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Lisboa, cuja nota curricular, anexa ao presente despacho, evidencia formação académica e experiência profissional adequadas ao exercício do cargo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de fevereiro de 2019.

6 de fevereiro de 2019. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

Nota Curricular

Dados pessoais:

Nome: Luís Henrique Robalo Faustino.

Data de nascimento: 02 de dezembro de 1975.

Nacionalidade: Portuguesa.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2000); conclusão da parte escolar do Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2007); pós-graduação em Direito da Sociedade da Informação, Direitos de Autor e Internet, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2001); frequência da pós-graduação em Direito dos Valores Mobiliários na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2001); diploma de especialista em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito de Lisboa (2007); frequência do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa (2003).

Jurista, técnico superior, do Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Lisboa (2005-2019); chefe do gabinete do Secretário de Estado da Administração Local (2015), adjunto e assessor jurídicos dos Ministros